



Relatório da Reunião Regional Trabalhar em Conjunto para a Saúde Pública:

**Minimizar o Impacto do Uso de Drogas Ilícitas
nos Países de Língua Portuguesa**

4 de março de 2026

Centro Cultural Português, Bissau



Índice

Abreviaturas

Sumário Executivo

1. Introdução

1.1 Contexto da reunião

1.2 Organização e entidades promotoras

1.3 Apoio institucional e financiamento

1.4 Objetivos do relatório

2. Objetivos da Reunião

2.1 Objetivo geral

2.2 Objetivos específicos 7

3. Enquadramento regional e internacional

3.1 Recomendações internacionais para respostas baseadas na saúde pública

4. Contexto nacional: drogas na Guiné-Bissau

4.1 Enquadramento legal

4.2 Desafios institucionais e de políticas públicas

5. Caracterização das Pessoas que Usam Drogas na Guiné-Bissau

5.1 Caracterização baseada no estudo ENDA Santé/PNUD (2022)

5.2 Caracterização com base nos dados programáticos do projeto SafeSpace (2023-2025)

5.3 Leitura comparada

6. Drogas, VIH, Hepatites Virais e Respostas de Redução de Riscos

6.1 Situação epidemiológica do VIH e hepatites virais

6.2 Estratégia nacional de redução de riscos

6.3 Limitações institucionais e papel do Fundo Mundial

7. A agenda da reunião regional

7.1 Principais consensos

8. Declaração de Bissau da Sociedade Civil da CPLP

9. Próximos passos

10. Conclusão

11. Bibliografia

Anexos

Abreviaturas

ADPP-GB - Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo – Guiné-Bissau

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos

Global Fund - Fundo Mundial de Luta contra a Sida, Tuberculose e Malária

IBBS - Integrated Bio-Behavioural Survey (Inquérito Bio-Comportamental Integrado)

IDPC - International Drug Policy Consortium

INCB - International Narcotics Control Board

IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis

OMS / WHO - Organização Mundial da Saúde

PNUD / UNDP - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUD - Pessoas que Usam Drogas

PUDI - Pessoas que Usam Drogas por Via Injetável

UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime

VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana

VHB - Vírus da Hepatite B

VHC - Vírus da Hepatite C

Sumário Executivo

O uso de drogas ilícitas e o impacto na saúde pública constituem um desafio crescente a nível global e na África Ocidental, onde a consolidação de rotas internacionais de tráfico, a maior disponibilidade de substâncias psicoativas e o desenvolvimento de mercados locais de consumo têm implicações diretas na transmissão do VIH, das hepatites virais, da tuberculose e de outras infeções sexualmente transmissíveis. A Guiné-Bissau, frequentemente referida como país de trânsito, enfrenta também desafios internos significativos. A existência de mercados locais de consumo e a presença crescente de novas substâncias sintéticas como o "kush", associadas a vulnerabilidades sociais e limitações no acesso a serviços de saúde, traduzem-se em riscos acrescidos de transmissão de infeções, dependência e exclusão social, que são agravados pela escassez de dados epidemiológicos.

Neste contexto, a reunião regional "Trabalhar em Conjunto para a Saúde Pública: Minimizar os Danos e Riscos do Uso de Drogas Ilícitas nos Países de Língua Portuguesa", realizada em Bissau a 4 de Março de 2026, reuniu representantes de instituições públicas, organizações da sociedade civil, agências internacionais, academia e comunidades diretamente afetadas. Organizada no âmbito da Rede Lusófona de Saúde Comunitária, com coordenação da ENDA Tiers Monde/ENDA Santé Guiné-Bissau e do GAT, e com o apoio do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., e da Coalition PLUS, teve por objetivo promover o diálogo, a partilha de experiências e a identificação de oportunidades de cooperação entre os países de língua portuguesa nas áreas das políticas de drogas e de saúde pública.

Do encontro emergiram recomendações concretas. Para a Guiné-Bissau, destacam-se a necessidade de reforçar abordagens baseadas na saúde pública nas políticas relacionadas com drogas, promover a implementação efetiva da Estratégia Nacional de Redução de Riscos, melhorar os sistemas de recolha e análise de dados epidemiológicos, fortalecer a articulação entre serviços de saúde e programas comunitários, e desenvolver respostas integradas que articulem consumo de drogas, VIH, hepatites virais, tuberculose e saúde mental. Para os parceiros internacionais, sublinha-se a importância de reforçar o financiamento de programas dirigidos a populações vulneráveis, apoiar o desenvolvimento de capacidades institucionais e comunitárias, e promover a produção de dados e investigação aplicada.

Para o espaço da CPLP, salientam-se o intercâmbio de experiências e boas práticas, o reforço da cooperação técnica entre instituições públicas, a academia e a sociedade civil, e o apoio a iniciativas conjuntas de formação e de produção de conhecimento.

Foi ainda acordado que a Declaração de Bissau da Sociedade Civil da CPLP será submetida ao Secretariado Executivo da CPLP para circulação junto dos Ministros da Saúde dos Estados-Membros. As organizações participantes manifestaram igualmente a intenção de submeter uma candidatura à linha de cofinanciamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. para 2026, no âmbito do apoio a projetos de cooperação para o desenvolvimento de ONGD. Outros próximos passos acordados foram a realização de reuniões de trabalho com a União Europeia e com o PNUD para explorar oportunidades de parceria, bem como o desenvolvimento de estudos de investigação aplicada sobre o consumo de drogas e os seus impactos na saúde pública na Guiné-Bissau e em outros países da África Ocidental.

A reunião de Bissau reafirmou que respostas eficazes ao fenómeno das drogas exigem abordagens integradas, baseadas na evidência científica, nos direitos humanos e na participação das comunidades afetadas. A cooperação lusófona, consolidada pela Declaração de Bissau, constitui um instrumento valioso para a promoção de políticas públicas mais humanas, eficazes e sustentáveis nos países de língua portuguesa.

1. Introdução

1.1 Contexto da reunião

O consumo de drogas ilícitas e o seu impacto na saúde pública constituem um desafio crescente a nível global. Nas últimas décadas, organismos internacionais como a OMS, o UNODC e o UNAIDS têm sublinhado a necessidade de abordar esta problemática através de políticas baseadas na evidência científica, nos direitos humanos e em abordagens integradas que articulem prevenção, tratamento, redução de riscos e reinserção social.

Na África Ocidental, o fenómeno das drogas tem vindo a assumir maior relevância devido à combinação de fatores estruturais, incluindo a utilização de países costeiros como pontos de trânsito em rotas internacionais de tráfico, o aumento da disponibilidade de substâncias psicoativas e a limitada capacidade institucional de resposta em alguns contextos nacionais.

Paralelamente, evidências recentes apontam para a consolidação de mercados locais de consumo, com impactos diretos na saúde pública, na segurança e na coesão social.

A Guiné-Bissau é frequentemente referida na literatura internacional como um país exposto a dinâmicas de tráfico transnacional. No entanto, estudos recentes demonstram que a realidade nacional vai além do papel de país de trânsito. A emergência de padrões locais de consumo, associada a vulnerabilidades sociais e a lacunas no acesso a serviços de saúde e de proteção social, tem contribuído para novos desafios de saúde pública relacionados com o consumo de drogas e epidemias associadas, incluindo o VIH, as hepatites virais e a tuberculose.

Neste contexto, a reunião regional realizada em Bissau teve como objetivo criar um espaço de diálogo entre atores institucionais e comunitários, promovendo uma abordagem mais integrada às políticas de drogas no espaço lusófono, reforçando a cooperação técnica, a produção de conhecimento e o desenvolvimento de respostas orientadas para a saúde pública.

1.2 Organização e entidades promotoras

A reunião regional foi organizada no âmbito da Rede Lusófona de Saúde Comunitária, uma plataforma de cooperação que reúne organizações da sociedade civil que atuam nas áreas da saúde pública, dos direitos humanos e do fortalecimento das respostas comunitárias nos países de língua portuguesa.

A reunião foi coorganizada pela ENDA Tiers Monde/ENDA Santé Guiné-Bissau e pelo GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos, ambas com experiência consolidada no desenvolvimento e na implementação de programas comunitários de prevenção, rastreio e ligação aos cuidados de saúde para pessoas que usam drogas e outras populações em situação de maior vulnerabilidade.

A ENDA Tiers Monde/ENDA Santé Guiné-Bissau desempenha um papel central na implementação de intervenções comunitárias nas áreas da prevenção do VIH, da saúde sexual e reprodutiva, da redução de riscos e da participação comunitária nas políticas de saúde. Por sua vez, o GAT é uma organização da sociedade civil portuguesa dedicada à defesa dos direitos das pessoas que vivem com VIH e ao desenvolvimento de respostas comunitárias inovadoras nas áreas da prevenção, rastreio e acesso ao tratamento.

A reunião contou ainda com a participação de representantes de instituições públicas, da academia, de organizações da sociedade civil e de agências internacionais envolvidas nas áreas de políticas de drogas, saúde pública e cooperação internacional, refletindo uma abordagem multissetorial aos desafios associados ao consumo de drogas e aos seus impactos na saúde.

1.3 Apoio institucional e financiamento

A realização da reunião regional contou com o apoio do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., no âmbito das suas iniciativas de apoio à cooperação para o desenvolvimento e ao fortalecimento das organizações da sociedade civil nos países parceiros.

A reunião foi igualmente apoiada pela Coalition PLUS, uma rede internacional de organizações da sociedade civil envolvida na resposta ao VIH e às hepatites virais, que promove abordagens baseadas nos direitos humanos, na evidência científica e na participação significativa das comunidades mais afetadas.

Estes apoios permitiram assegurar a participação de representantes do Brasil, Portugal, Senegal e Guiné-Bissau, bem como facilitar um espaço de diálogo regional orientado para a partilha de experiências, o reforço da cooperação técnica e o desenvolvimento de propostas conjuntas no domínio das políticas de drogas e da saúde pública no espaço lusófono.

1.4 Objetivos do relatório

O presente relatório tem por objetivo apresentar o contexto regional e nacional relacionado ao consumo de drogas e aos seus impactos na saúde pública, sistematizar os principais temas abordados durante a reunião e destacar os desafios e oportunidades identificados.

Pretende ainda documentar o processo de elaboração e adoção da Declaração de Bissau da Sociedade Civil da CPLP, bem como contribuir para a disseminação das conclusões da reunião junto de decisores políticos, de organizações da sociedade civil e de parceiros internacionais.

Adicionalmente, o relatório visa apoiar o desenvolvimento e a implementação de futuras iniciativas de cooperação técnica e de advocacia no espaço da CPLP, com o objetivo de promover respostas mais eficazes e sustentáveis aos desafios associados ao consumo de drogas e às epidemias relacionadas.

2. Objetivos da Reunião

2.1 Objetivo geral

Promover o diálogo entre instituições públicas, sociedade civil e parceiros internacionais sobre o fenómeno do uso de drogas e o seu impacto na saúde pública nos países de língua portuguesa.

2.2 Objetivos específicos

A reunião teve como objetivos específicos promover a partilha de conhecimento e experiências da Guiné-Bissau, do Brasil, de Portugal e do Senegal; reforçar a compreensão do uso de drogas como uma questão de saúde pública; valorizar a participação significativa das pessoas que usam drogas na definição e implementação de políticas e programas que lhes dizem respeito; identificar oportunidades de cooperação técnica no espaço da CPLP; e contribuir para a construção de um posicionamento conjunto da sociedade civil lusófona sobre o consumo de drogas, a saúde pública e a cooperação técnica.

3. Enquadramento regional e internacional

A África Ocidental tem vindo a ganhar relevância nas dinâmicas globais do mercado de drogas ilícitas nas últimas duas décadas. A literatura internacional identifica a região como uma área estratégica nas rotas de tráfico entre a América Latina e a Europa. Inicialmente, a região era vista sobretudo como território de trânsito de cocaína; contudo, estudos mais recentes indicam uma realidade mais complexa, envolvendo também mercados locais de consumo, redistribuição regional e diversificação das substâncias disponíveis. Entre as substâncias com maior circulação na região encontram-se a cocaína e derivados como o crack, a cannabis, medicamentos opioides utilizados sem prescrição médica, como o tramadol, e estimulantes sintéticos, bem como outras novas substâncias psicoativas.

A expansão destes mercados locais tem contribuído para o aumento de problemas associados ao consumo problemático de substâncias, incluindo dependência, marginalização social, violência urbana e dificuldades de acesso a cuidados de saúde adequados.

Em muitos países da África Ocidental, os serviços especializados de tratamento da dependência e de redução de riscos permanecem limitados ou concentrados nas capitais, dificultando o acesso das populações mais vulneráveis. Do ponto de vista social, o consumo problemático de drogas está frequentemente associado a fatores estruturais, como a pobreza, o desemprego, a exclusão social e a fragilidade das redes de proteção social.

A Comissão da África Ocidental sobre Drogas tem sublinhado que respostas eficazes ao fenómeno das drogas na região devem integrar dimensões de saúde pública, justiça social e desenvolvimento, evitando abordagens exclusivamente repressivas. No mesmo sentido, diversos organismos internacionais têm defendido uma mudança progressiva nas políticas de drogas, com maior destaque para estratégias baseadas na saúde pública, na redução de riscos e na proteção dos direitos humanos. Estas abordagens reconhecem a dependência de substâncias como uma condição de saúde que requer tratamento adequado e defendem o desenvolvimento de serviços acessíveis de prevenção e tratamento, a integração de apoio psicossocial e saúde mental, a participação significativa das comunidades afetadas e uma articulação mais eficaz entre os setores da saúde, justiça e proteção social.

Alguns países têm desenvolvido experiências relevantes neste domínio. O caso português é frequentemente citado na literatura internacional, na medida em que a descriminalização do consumo e da posse de drogas para uso pessoal, implementada em 2001, foi acompanhada pelo reforço de respostas de saúde pública, incluindo tratamento da dependência, programas de redução de riscos e respostas de proximidade. Esta abordagem contribuiu para melhorias em vários indicadores de saúde pública, incluindo a redução da transmissão do VIH entre pessoas que usam drogas por via injetada e o aumento do acesso ao tratamento.

No contexto latino-americano, o Brasil tem igualmente desenvolvido experiências relevantes na abordagem ao consumo problemático de drogas, particularmente em contextos urbanos caracterizados por forte vulnerabilidade social. Um dos exemplos mais conhecidos é o caso da chamada Cracolândia, na cidade de São Paulo, uma área marcada pela concentração de pessoas que usam crack e por múltiplas vulnerabilidades sociais, incluindo pobreza extrema, falta de habitação e exclusão social. Ao longo das últimas décadas, diferentes programas foram implementados com o objetivo de responder a esta realidade, combinando intervenções de saúde, assistência social e redução de danos.

Iniciativas como o programa “De Braços Abertos”, implementado pela prefeitura de São Paulo em 2014, procuraram integrar estratégias de apoio social, acesso a habitação temporária, acompanhamento psicossocial e serviços de saúde, representando uma tentativa de substituir abordagens exclusivamente repressivas por respostas centradas na inclusão social e na saúde pública.

Embora os resultados destas experiências tenham sido objeto de debate e avaliação crítica, elas demonstram a importância de desenvolver respostas integradas que combinem intervenções sociais, de saúde e de redução de danos em contextos de elevada vulnerabilidade. Estas experiências internacionais reforçam a necessidade de abordar o fenómeno das drogas não apenas do ponto de vista do controlo e da segurança, mas também como uma questão de saúde pública e de desenvolvimento social.

Neste contexto, a cooperação internacional e a partilha de experiências entre países assumem um papel fundamental para apoiar o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, baseadas na evidência científica, nos direitos humanos e na participação das comunidades afetadas.

3.1 Recomendações internacionais para respostas baseadas na saúde pública

Nas últimas duas décadas, os organismos internacionais têm defendido uma mudança progressiva nas abordagens às políticas de drogas, com maior destaque em estratégias baseadas na saúde pública, na redução de riscos e na proteção dos direitos humanos. Esta mudança reflete um crescente reconhecimento de que políticas exclusivamente repressivas têm demonstrado eficácia limitada na redução do consumo de drogas e podem contribuir para agravar a marginalização social e as barreiras no acesso aos cuidados de saúde.

Entre os princípios mais frequentemente recomendados pelas organizações internacionais destacam-se:

- reconhecimento da dependência de substâncias como uma condição de saúde, que requer tratamento adequado e apoio especializado;
- desenvolvimento de serviços de prevenção e tratamento acessíveis, baseados na evidência científica;

- A integração de serviços de saúde mental e apoio psicossocial nas respostas ao consumo problemático de drogas;
- A participação significativa das comunidades afetadas na definição e implementação das políticas públicas;
- A articulação entre respostas de saúde, justiça e proteção social.

Um dos exemplos mais frequentemente citados na literatura internacional sobre reformas de políticas de drogas é o caso de Portugal, que, em 2001, implementou uma profunda reforma baseada na descriminalização do consumo e da posse de drogas para uso pessoal, associada a uma expansão significativa das respostas de saúde pública.

A política portuguesa manteve a proibição do tráfico de drogas, mas passou a tratar o consumo e a posse para uso pessoal como questões administrativas e de saúde pública, encaminhando os casos para Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, em vez do sistema penal.

Paralelamente, foram reforçadas medidas de prevenção, tratamento, redução de riscos e reinserção social, incluindo programas de tratamento da dependência, programas de troca de seringas, intervenções comunitárias e respostas de proximidade dirigidas aos grupos mais vulneráveis.

Há a destacar que esta abordagem contribuiu para melhorias significativas em vários indicadores de saúde pública, incluindo:

- Redução da transmissão da infeção pelo VIH entre as pessoas que usam drogas por via injetada;
- Aumento do acesso ao tratamento da dependência;
- Diminuição da mortalidade associada ao consumo de drogas;
- Redução do estigma e maior integração entre as respostas de saúde e sociais.

Este modelo tem sido frequentemente referido por organismos internacionais como exemplo de uma política equilibrada entre o controlo das drogas e a proteção da saúde pública, demonstrando que reformas baseadas em evidência científica podem produzir resultados positivos tanto em termos de saúde como de segurança pública.

O International Narcotics Control Board (INCB) tem sublinhado que políticas equilibradas devem combinar medidas de controlo com intervenções de saúde pública, assegurando, simultaneamente, o acesso a medicamentos essenciais para o tratamento da dor e da dependência.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem defendido que políticas de drogas mais eficazes devem integrar dimensões de desenvolvimento humano, redução da pobreza e inclusão social, reconhecendo que os impactos do fenómeno das drogas ultrapassam o espaço da segurança e da justiça criminal.

No contexto da África Ocidental lusófona, e particularmente em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, estas recomendações reforçam a importância de promover abordagens integradas que articulem prevenção, redução de riscos, tratamento, saúde mental e reinserção social, bem como o envolvimento ativo das comunidades afetadas e das organizações da sociedade civil.

A experiência portuguesa tem demonstrado que reformas estruturais baseadas na saúde pública podem contribuir para a melhoria dos resultados em saúde e para o fortalecimento de respostas mais eficazes e humanas ao fenómeno das drogas, constituindo uma referência relevante para processos de reflexão e cooperação no espaço lusófono.

Estas dinâmicas regionais demonstram que o fenómeno das drogas na África Ocidental não pode ser analisado apenas do ponto de vista da segurança ou do controlo do tráfico. Pelo contrário, a crescente presença de mercados locais de consumo e os riscos associados à saúde pública reforçam a necessidade de desenvolver respostas integradas que articulem prevenção, tratamento, redução de riscos e inclusão social. Neste contexto, a cooperação regional e internacional assume um papel essencial no fortalecimento das respostas nacionais.

4. Contexto nacional: drogas na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau enfrenta desafios estruturais significativos em matéria de governação, desenvolvimento económico e capacidade institucional, fatores que influenciam diretamente a forma como o país responde ao fenómeno das drogas e aos seus impactos sociais e sanitários.

No contexto da África Ocidental, o país tem sido frequentemente mencionado em análises internacionais sobre o tráfico de drogas devido à sua localização estratégica na costa atlântica e à existência de rotas marítimas utilizadas por redes de criminalidade organizada.

Contudo, a realidade nacional envolve também a existência de mercados locais de consumo e de populações particularmente vulneráveis, o que exige respostas que integrem dimensões de saúde pública, inclusão social e prevenção.

Nos últimos anos, tem-se observado na África Ocidental o aparecimento de novas substâncias sintéticas que estão a alterar rapidamente os mercados locais de drogas e a aumentar os riscos para a saúde pública. Entre estas substâncias destaca-se o chamado “kush”, que se tem expandido em vários países da sub-região, incluindo na Serra Leoa, Guiné, Libéria, Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau. Estudos laboratoriais recentes indicam que esta substância pode conter canabinoides sintéticos e nitazenos, um grupo de opioides sintéticos de elevada potência. No caso da Guiné-Bissau, as análises realizadas em amostras recolhidas no mercado de Bissau confirmaram a presença destas substâncias em produtos vendidos localmente como “kush”, evidenciando a integração do país nas dinâmicas regionais de circulação destas novas drogas. Este fenómeno reforça a necessidade de investir em capacidades laboratoriais, sistemas de alerta precoce e estratégias de redução de riscos adaptadas às novas substâncias sintéticas.

Nos últimos anos, o país tem desenvolvido instrumentos estratégicos relacionados com a saúde pública e o controlo das epidemias associadas ao uso de drogas, incluindo planos nacionais para o VIH, as hepatites virais e a tuberculose. Ainda assim, as políticas públicas relacionadas com drogas continuam a enfrentar desafios de coordenação institucional e de disponibilização de recursos, reforçando a importância da cooperação entre instituições públicas, organizações da sociedade civil e parceiros internacionais.

4.1 Enquadramento legal

O quadro jurídico que regula o uso e tráfico de drogas na Guiné-Bissau baseia-se principalmente no Decreto-Lei n.º 2-B/93, de 28 de Outubro, que estabelece o regime legal aplicável às substâncias estupefacientes e psicotrópicas. Este diploma prevê sanções penais para atividades relacionadas com drogas ilícitas, incluindo produção, tráfico, transporte, distribuição e posse.

Embora inclua disposições que permitem o encaminhamento para tratamento em determinadas situações, o enquadramento geral continua a privilegiar uma abordagem predominantemente penal ao consumo de drogas.

Diversos relatórios internacionais têm defendido que políticas baseadas exclusivamente na repressão podem limitar o acesso a serviços de saúde e agravar o estigma enfrentado pelas pessoas que usam drogas, reforçando a importância de integrar progressivamente abordagens centradas na saúde pública.

4.2 Desafios institucionais e de políticas públicas

Apesar da existência de um quadro jurídico e de instrumentos estratégicos relevantes, a implementação de políticas públicas eficazes no domínio das drogas continua a enfrentar diversos desafios na Guiné-Bissau. Entre os principais constrangimentos destacam-se limitações de recursos humanos especializados e financeiros no setor da saúde, a inexistência ou insuficiente cobertura de serviços especializados de tratamento da dependência e da saúde mental, lacunas na recolha e sistematização de dados epidemiológicos, coordenação institucional limitada entre setores governamentais e o estigma e discriminação vividos pelas pessoas que usam drogas. Estas limitações dificultam a implementação de respostas abrangentes e sustentáveis. Ao mesmo tempo, vários estudos reforçam o papel crescente das organizações da sociedade civil na implementação de intervenções comunitárias, incluindo programas de prevenção, literacia em saúde, rastreio de infeções transmissíveis e ligação aos cuidados formais de saúde.

5. Caracterização das Pessoas que Usam Drogas na Guiné-Bissau

A caracterização das pessoas que usam drogas na Guiné-Bissau permanece limitada pela escassez de estudos epidemiológicos sistemáticos e pela fragilidade dos sistemas de vigilância relacionados com o consumo de substâncias. Tal como em muitos países da África Ocidental, os dados disponíveis resultam sobretudo de estudos pontuais, projetos comunitários ou investigações conduzidas por organizações da sociedade civil e parceiros internacionais. Apesar destas limitações, nos últimos anos foram produzidas algumas iniciativas de recolha de dados, em grande medida lideradas pela ENDA Tiers Monde/ENDA Guiné-Bissau, que permitem fazer uma caracterização parcial desta população.

Entre as principais fontes destacam-se o estudo de cartografia, estimativa populacional e inquérito bio-comportamental conduzido com apoio do PNUD e os dados programáticos recolhidos no âmbito do projeto SafeSpace. Estas duas fontes apresentam naturezas metodológicas distintas e, por isso, são analisadas separadamente e, posteriormente, interpretadas de forma complementar.

5.1 Caracterização baseada no estudo ENDA Santé/PNUD (2022)

O estudo “Cartografia, Estudo Biológico, Inquérito Sócio-Comportamental e Estimativa de Tamanho dos Usuários de Drogas Injetáveis na Guiné-Bissau”, realizado pela ENDA Tiers Monde/ENDA com apoio do PNUD, constitui uma das principais referências disponíveis para a caracterização das pessoas que usam drogas no país. Para além de permitir estimar o tamanho da população de pessoas que usam drogas injetáveis a nível nacional e, de modo particular, em algumas regiões do país, o estudo procurou compreender os padrões de consumo, os comportamentos de risco associados e a exposição a infeções transmissíveis, incluindo o VIH e as hepatites virais. O estudo foi conduzido no Setor Autónomo de Bissau, Bafatá e Gabú e combinou cartografia de pontos de consumo, entrevistas com pessoas-chave, inquérito sociocomportamental e rastreio para as infeções pelo VIH, hepatites B e C.

O estudo identificou inicialmente 480 potenciais locais de consumo de drogas, dos quais 213 foram posteriormente confirmados como pontos ativos. A distribuição geográfica mostrou forte concentração no Setor Autónomo de Bissau, seguido de Bafatá e Gabú. Os locais de consumo identificados incluíam ruas e espaços públicos, casas privadas ou habitações e outros espaços informais ou abandonados, sugerindo que o consumo ocorre frequentemente em contextos pouco visíveis aos serviços institucionais. O estudo incluiu 750 participantes, dos quais 84,3% eram homens e 15,7% mulheres. A maioria encontrava-se na faixa etária entre 25 e 49 anos, com idade média de 27 anos, evidenciando predominância de adultos jovens e pessoas em idade economicamente ativa. As substâncias mais frequentemente referidas foram “Michael Douglas” (MD), identificada no estudo como anfetamina, e crack. Os dados indicam ainda início precoce do consumo: 29,7% referiram ter iniciado entre os 15 e os 17 anos e 8,5% antes dos 15 anos. O estudo também evidenciou níveis elevados de dependência, com 81,1% dos participantes a relatar não conseguir interromper o consumo.

Apesar do estudo ter sido orientado a pessoas que usam drogas suscetíveis de ser injetada, os resultados mostram diversidade de práticas de consumo: 18,8% referiram já ter injetado drogas e 12,5% indicaram consumo por via injetável nos seis meses anteriores ao estudo. Foram igualmente identificadas vulnerabilidades significativas relacionadas com saúde mental e exclusão social. Entre os participantes, 35,5% relataram sintomas compatíveis com depressão, 64,5% referiram sentimentos de desvalorização pessoal associados ao consumo de drogas e 12,1% indicaram pensamentos de autoagressão. Acrescentar, 35,5% reportaram episódios de violência ou assédio físico relacionados com o consumo. Em conjunto, estes resultados evidenciam uma população caracterizada por níveis elevados de dependência, início precoce do consumo e múltiplas vulnerabilidades sociais e psicossociais, reforçando a necessidade de respostas integradas que articulem tratamento da dependência, apoio psicossocial, redução de riscos e acesso facilitado a serviços de saúde.

5.2 Caracterização com base nos dados programáticos do projeto SafeSpace (2023-2025)

Os dados do projeto SafeSpace – Point-of-Care Community Hubs, financiado pela Expertise France, em que ENDA Santé Guiné-Bissau coordena e implementa as atividades com este grupo, permitem uma leitura complementar da realidade das pessoas que usam drogas na Guiné-Bissau. Ao contrário do estudo ENDA Santé/PNUD, estes dados não resultam de uma investigação especificamente desenhada para este grupo, mas de um programa comunitário de rastreio integrado, dirigido às infeções pelo VIH, hepatites B e C, sífilis, e à aplicação do inquérito de sintomas para a tuberculose. O questionário utilizado inclui perguntas específicas sobre o consumo de drogas em diferentes momentos do processo de rastreio, permitindo identificar pessoas que reportam consumo de drogas, consumo injetável e consumo em contexto de relações sexuais. Desta forma, os dados do projeto não se limitam à identificação de pessoas que usam drogas por via injetável, abrangendo um grupo mais amplo de pessoas rastreadas que reportam diferentes formas de consumo e comportamentos associados.

Foram realizadas 970 sessões de rastreio com pessoas que relataram uso de drogas. A distribuição geográfica revela forte concentração no Setor Autónomo de Bissau, Gabú, seguida de Tombali e Bafatá.

Este padrão sugere que, no âmbito do projeto, a identificação e recrutamento desta população ocorreram sobretudo em contexto urbano, o que pode refletir simultaneamente maior concentração populacional, presença mais consolidada das organizações parceiras no terreno e maior visibilidade da procura por serviços comunitários de saúde. No que diz respeito à distribuição por género, os dados mostram uma repartição praticamente equilibrada entre mulheres cis e homens cis, com presença residual de mulheres trans e homens trans. Este perfil contrasta com o observado no estudo anterior e sugere que, no contexto do rastreio, o consumo de drogas está frequentemente associado a outras vulnerabilidades, nomeadamente trabalho sexual, exposição sexual ao risco e desigualdades de género.

A população identificada apresenta um perfil predominantemente jovem adulto: 43,2% das pessoas tinham entre 25 e 34 anos, 25,1% entre 18 e 24 anos e 19,7% entre 35 e 44 anos. No total, 49,3% dos participantes situavam-se entre os 15 e os 29 anos, reforçando a importância de intervenções dirigidas a jovens e jovens adultos, especialmente em contextos urbanos. Os dados disponíveis indicam ainda um perfil heterogéneo em termos de escolaridade e situação perante o trabalho, com presença significativa de estudantes, pessoas empregadas e desempregadas. Importa, contudo, salientar que nem todos os registos apresentam esta informação preenchida, pelo que se trata de uma caracterização parcial.

Os dados indicam ainda que 8,4% das pessoas reportam o uso de drogas por via injetável, enquanto 47,6%, referem consumo de drogas em contexto de relações sexuais. Este último indicador é particularmente relevante, pois evidencia uma forte ligação entre o consumo de substâncias e a vulnerabilidade sexual, reforçando a necessidade de integrar respostas relacionadas com drogas nas estratégias de prevenção e resposta ao VIH, às infeções sexualmente transmissíveis, às hepatites virais e à saúde sexual e reprodutiva, incluindo intervenções de redução de riscos em contextos de sexualidade sob efeito de substâncias. Os dados mostram também forte interseção com outros grupos prioritários acompanhados pelo projeto: 55,3% reportaram fazer trabalho sexual, 45,3% enquadravam-se em mulheres e raparigas em idade reprodutiva e 10,7% foram identificadas como homens que têm sexo com homens. Ao contrário do estudo ENDA/PNUD, os dados do projeto SafeSpace refletem sobretudo a realidade das pessoas que entram em contacto com serviços comunitários de rastreio integrado, num contexto em que o consumo de drogas surge frequentemente associado a outras vulnerabilidades sociais e sanitárias.

5.3 Leitura comparada

O estudo ENDA/PNUD foi especificamente desenhado para estudar as pessoas que usam drogas enquanto o projeto SafeSpace se refere ao contexto da prestação de serviços comunitários de rastreio integrado, em que o uso de drogas se associa a múltiplos perfis de risco, especialmente vulnerabilidades relacionadas com género, sexualidade, trabalho sexual e exposição a infeções transmissíveis. A análise conjunta dos dados recolhidos permite uma compreensão mais abrangente das dinâmicas associadas ao uso de drogas na Guiné-Bissau.

No que diz respeito ao género, o estudo ENDA/PNUD identificou uma população maioritariamente masculina (84,3% homens), ao passo que os dados do projeto SafeSpace revelam uma distribuição equilibrada entre mulheres e homens. Esta diferença sugere que o uso de drogas surge frequentemente associado a vulnerabilidades específicas, como é o caso do trabalho sexual.

Em termos de padrões de consumo, o estudo ENDA/PNUD identificou como substâncias predominantes o "Michael Douglas" (anfetamina) e o crack, com início precoce do consumo e níveis elevados de dependência. Os dados do projeto SafeSpace, por sua vez, evidenciam que quase metade das pessoas rastreadas (47,6%) reportou consumo de drogas em contexto de relações sexuais, salientando a forte interseção entre consumo de substâncias e vulnerabilidade sexual. Quanto ao consumo por via injetável, ambas as fontes registam valores relativamente baixos, 12,5% no estudo ENDA/PNUD e 8,4% no SafeSpace, o que é consistente com o padrão observado noutros países da África Ocidental. Contudo, a expansão de novas substâncias sintéticas poderá alterar estes padrões no futuro.

Esta leitura comparativa aponta para a necessidade de evitar uma visão homogénea da população que usa drogas na Guiné-Bissau e reforça a importância de desenvolver respostas diferenciadas que articulem tratamento da dependência, prevenção de infeções transmissíveis, apoio psicossocial e redução de riscos.

6. Drogas, VIH, Hepatites Virais e Respostas de Redução de Riscos

O consumo de drogas está frequentemente associado a um risco acrescido de transmissão de infeções transmissíveis, nomeadamente VIH, hepatites virais e outras infeções sexualmente transmissíveis. Estes riscos resultam tanto de comportamentos diretamente relacionados com o consumo, como a partilha de material de injeção, como de fatores estruturais e sociais, incluindo marginalização, práticas sexuais desprotegidas e dificuldades no acesso a serviços de saúde.

Na África Ocidental, vários organismos internacionais têm sublinhado que a interligação entre o consumo de drogas e as infeções transmissíveis constitui um desafio emergente de saúde pública, particularmente em contextos onde os sistemas de vigilância epidemiológica e os serviços especializados permanecem limitados. Neste contexto, a necessidade de desenvolver respostas integradas, que articulem prevenção, rastreio, tratamento e redução de riscos, assume particular relevância.

6.1 Situação epidemiológica do VIH e hepatites virais

A Guiné-Bissau apresenta uma das prevalências de VIH mais elevadas da África Ocidental, com uma prevalência estimada de cerca de 2,1% na população adulta (Spectrum, 2024). Embora a epidemia seja considerada generalizada, afeta de forma desproporcional populações em situação de maior vulnerabilidade, incluindo pessoas que fazem trabalho sexual, homens que têm sexo com homens, mulheres em idade reprodutiva, pessoas privadas de liberdade e pessoas que usam drogas. Historicamente marcada por uma presença significativa de VIH-2, a epidemia tem evoluído nas últimas décadas, sendo o VIH-1 atualmente presente na maioria das novas infeções.

Os dados disponíveis sobre a prevalência do VIH entre pessoas que usam drogas permanecem limitados, refletindo lacunas nos sistemas de vigilância. No entanto, evidência recente permite uma melhor caracterização desta realidade.

Um estudo conduzido pela ENDA Santé, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), estimou uma prevalência de VIH de 3,5% entre pessoas que usam drogas por via injetável, bem como prevalências de 8,8% para o vírus da hepatite B (VHB) e de 0,3% para o vírus da hepatite C (VHC) neste grupo populacional.

Dados complementares provenientes de atividades de rastreio comunitário no âmbito do projeto SafeSpace – Point-of-Care Community Hubs indicam uma prevalência inferior de hepatite B (cerca de 2,7%) e de hepatite C (inferior a 1%) entre as pessoas rastreadas. Estas diferenças refletem, provavelmente, as características distintas das populações abrangidas, uma vez que o estudo ENDA/PNUD incidiu especificamente sobre pessoas que usam drogas por via injetável, enquanto o SafeSpace abrangeu uma população mais alargada e heterogénea.

O consumo de drogas está associado a riscos acrescidos de transmissão de hepatites virais, em particular pelo VHB e pelo VHC. A hepatite C é transmitida sobretudo por via sanguínea, nomeadamente através da partilha de material de injeção, enquanto a hepatite B pode ser transmitida tanto por via sanguínea como por via sexual, reforçando a necessidade de abordagens de prevenção integradas. Apesar da prevalência relativamente baixa de hepatite C observada na Guiné-Bissau, é consistente com a menor disseminação do consumo por via injetável na região; as mudanças nos padrões de consumo necessitam de monitorização contínua.

As hepatites virais permanecem largamente subdiagnosticadas e subtratadas no país, sobretudo fora dos principais centros urbanos. O acesso ao tratamento da hepatite C ainda não está estruturado, e o acesso ao tratamento da hepatite B permanece limitado e dependente da disponibilidade de recursos. Para além destas infeções, as pessoas que usam drogas frequentemente caracterizam-se por vulnerabilidades sobrepostas, incluindo maior exposição a infeções sexualmente transmissíveis, tuberculose e problemas de saúde mental.

6.2 Estratégia nacional de redução de riscos

Em resposta à interligação entre o consumo de drogas e as infeções transmissíveis, a Guiné-Bissau iniciou o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Redução de Riscos dirigida a pessoas que usam drogas, com o objetivo de orientar a implementação de intervenções baseadas na saúde pública.

A elaboração desta estratégia envolveu um conjunto alargado de instituições nacionais e parceiros técnicos, incluindo entidades governamentais, organizações da sociedade civil e parceiros internacionais. Os principais eixos de intervenção incluem:

- Promoção da prevenção e da educação para a saúde;
- Reforço do acesso a serviços de rastreio, tratamento e apoio psicossocial;
- Desenvolvimento de intervenções de redução de riscos;
- Reforço da coordenação institucional;
- Promoção da participação ativa das organizações da sociedade civil.

Apesar da existência desta estratégia e do reconhecimento crescente da importância das abordagens de redução de riscos, a sua implementação permanece limitada. A efetiva operacionalização destas prioridades depende do reforço da coordenação institucional, da mobilização de recursos financeiros e humanos e do fortalecimento do papel das organizações da sociedade civil na implementação de respostas de proximidade.

6.3 Limitações institucionais e papel do Fundo Mundial de Luta contra a Sida, Tuberculose e Malária

A implementação de intervenções estruturadas de redução de riscos na Guiné-Bissau continua a enfrentar um conjunto de desafios institucionais, técnicos e operacionais. Entre os principais constrangimentos identificados, destaca-se o facto do documento estratégico nacional ter sido finalizado em língua francesa, o que limita a sua plena apropriação por parte de alguns atores nacionais, incluindo profissionais de saúde e organizações da sociedade civil cuja língua de trabalho predominante é o português ou o crioulo.

Persistem igualmente limitações estruturais no sector da saúde, nomeadamente ao nível da disponibilidade de recursos humanos qualificados, da capacidade técnica para o desenvolvimento de intervenções especializadas e do financiamento sustentável de programas dirigidos a pessoas que usam drogas. Acrescem fragilidades no sistema de informação, incluindo lacunas na recolha, sistematização e análise de dados, o que dificulta a monitorização da evolução do fenómeno e o planeamento de intervenções baseadas em evidência. No seu conjunto, estes fatores contribuem para que as respostas de redução de riscos permaneçam ainda incipientes e com cobertura limitada no país.

Neste contexto, o papel do Fundo Mundial de Luta contra a Sida, Tuberculose e Malária mantém-se central no financiamento e na implementação de intervenções dirigidas às populações-chave na Guiné-Bissau. Os programas apoiados têm contribuído para a expansão de intervenções de prevenção do VIH e tuberculose, rastreio, ligação aos cuidados de saúde e retenção em tratamento, com enfoque em populações em situação de maior vulnerabilidade, incluindo intervenções dirigidas a pessoas que usam drogas.

No atual ciclo de financiamento, o Fundo Mundial tem vindo a reforçar o apoio a abordagens baseadas nos direitos humanos, na participação comunitária e no fortalecimento dos sistemas de saúde e comunitários, incluindo o financiamento de organizações da sociedade civil para a prestação de serviços de proximidade. No entanto, as intervenções especificamente orientadas para a redução de riscos e para o tratamento da dependência continuam a ser limitadas, refletindo, em parte, a ausência de um quadro programático nacional plenamente operacionalizado neste domínio, face às necessidades existentes, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de serviços estruturados de redução de riscos e de tratamento da dependência.

Vários participantes da reunião destacaram a importância de reforçar a articulação entre os programas financiados pelo Fundo Mundial, as intervenções comunitárias e as estratégias nacionais de saúde pública, de forma a assegurar respostas mais integradas e sustentáveis para pessoas que usam drogas e outras populações-chave. Uma abordagem mais integrada e sustentável exigirá, assim, não apenas o reforço do financiamento, mas também o fortalecimento da governação, da coordenação intersectorial e da participação significativa das comunidades afetadas na definição e implementação das respostas.

7. A agenda da reunião regional

A reunião regional “Trabalhar em Conjunto para a Saúde Pública: Minimizar os Danos e Riscos do Uso de Drogas Ilícitas nos Países de Língua Portuguesa” constituiu um espaço estruturado de diálogo multissetorial, reunindo instituições públicas nacionais, organizações da sociedade civil, agências internacionais, academia e representantes de populações diretamente afetadas.

A agenda foi concebida de forma sequencial e complementar, permitindo articular diferentes níveis de intervenção, político, técnico e comunitário, e promover a convergência entre evidência científica, experiência programática e conhecimento comunitário.

A ENDA Tiers Monde/ENDA Santé Guiné-Bissau, enquanto entidade coorganizadora da reunião no âmbito da Rede Lusófona de Saúde Comunitária, desempenhou um papel central na dinamização dos trabalhos, na facilitação do diálogo entre os participantes e na articulação entre os diferentes eixos temáticos. Este papel refletiu-se desde a sessão de abertura até ao encerramento da reunião.

Ao longo das sessões, os participantes partilharam evidências, práticas e reflexões sobre políticas de drogas, redução de riscos e integração destas respostas às estratégias de saúde pública. Apesar da diversidade de contextos institucionais e geográficos representados, emergiu um entendimento comum quanto à necessidade de reforçar abordagens integradas, baseadas na evidência científica, nos direitos humanos e na participação significativa das comunidades.

A sessão de abertura reuniu representantes institucionais-chave, incluindo ENDA Tiers Monde/ENDA Santé Guiné-Bissau/Rede Lusófona de Saúde Comunitária, o Conselho Nacional de Luta Contra a Droga da Guiné-Bissau, o Grupo de Ativistas em Tratamentos (GAT)/Rede Lusófona de Saúde Comunitária e a Embaixada de Portugal em Bissau, refletindo um compromisso conjunto entre autoridades nacionais, sociedade civil e parceiros internacionais na promoção de respostas de saúde pública ao consumo de drogas.

As sessões técnicas subsequentes destacaram o papel das agências internacionais no apoio à produção de conhecimento e à definição de políticas baseadas em evidência, com contributos da União Europeia, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA). Estas intervenções evidenciaram a importância da cooperação internacional no reforço das capacidades institucionais, no desenvolvimento de sistemas de informação e na implementação de respostas integradas de prevenção, redução de riscos e tratamento.

No domínio das respostas comunitárias, foram apresentados contributos de organizações da sociedade civil e instituições académicas, incluindo o Centro de Convivência É de Lei, o Centro Regional de Investigação e Formação em Cuidados Clínicos de Fann, o GAT e a ENDA Tiers Monde/ENDA Santé Guiné-Bissau, enquanto atores centrais na implementação de intervenções comunitárias no contexto nacional.

Estas experiências demonstraram o papel central das organizações comunitárias na facilitação do acesso a serviços de prevenção, rastreio e ligação aos cuidados de saúde, particularmente junto de populações em situação de maior vulnerabilidade.

Uma das dimensões centrais da agenda foi dedicada ao princípio “Nada Sobre Nós Sem Nós”, com a participação de representantes institucionais e comunitários, incluindo o Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências, I.P. (ICAD), o Programa Nacional de Luta contra a SIDA e Hepatites Virais da Guiné-Bissau, o Conselho Nacional de Luta Contra a Droga e representantes de pessoas que usam drogas. Esta sessão reforçou a importância da participação significativa das comunidades na definição, implementação e avaliação de políticas públicas e de programas de intervenção.

A discussão sobre a cooperação lusófona contou com contributos de instituições públicas nacionais, incluindo a Célula de Gestão do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário e o Secretariado Nacional de Luta contra a SIDA, evidenciando a necessidade de reforçar a articulação entre políticas de drogas, políticas de saúde pública e mecanismos de cooperação internacional no espaço da CPLP.

A sessão de encerramento consolidou os principais pontos de convergência e contou com a participação da ENDA Tiers Monde/ENDA Santé Guiné-Bissau, do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., do GAT e do Conselho Nacional de Luta Contra a Droga, reafirmando o compromisso das diferentes partes na continuidade do trabalho conjunto e no desenvolvimento de iniciativas de cooperação futura.

7.1 Principais consensos

Apesar da diversidade de contextos representados, emergiu um consenso alargado em torno de princípios estruturantes para o desenvolvimento de respostas mais eficazes ao consumo de drogas e às suas implicações em saúde pública:

- Necessidade de promover políticas de drogas baseadas na saúde pública, nos direitos humanos e na evidência científica;
- Importância de integrar as respostas ao consumo de drogas nas estratégias de prevenção e tratamento das infeções pelo VIH, hepatites virais, tuberculose e outras infeções transmissíveis;
- Reconhecimento do papel central das organizações de base comunitária na aproximação a populações em situação de maior vulnerabilidade;

- Importância de reduzir o estigma e a discriminação associados ao consumo de drogas;
- Necessidade de reforçar os sistemas de informação, a recolha e análise de dados e a sua utilização para a definição de políticas públicas;
- Potencial da cooperação lusófona para fortalecer respostas nacionais e regionais através da partilha de conhecimento e de boas práticas.

8. Declaração de Bissau da Sociedade Civil da CPLP

No âmbito da reunião regional realizada em Bissau, as organizações participantes adotaram a “Declaração de Bissau da Sociedade Civil da CPLP”, um documento conjunto que sintetiza os principais consensos alcançados e apresenta propostas para o reforço das políticas de drogas baseadas na saúde pública, nos direitos humanos e na evidência científica. A declaração constitui um instrumento de posicionamento político da sociedade civil lusófona sobre o uso de drogas e os seus impactos na saúde pública. Foi elaborada com base nas reflexões e contributos das diferentes realidades lusófonas e procura refletir uma visão partilhada sobre a necessidade de promover respostas baseadas na saúde pública, nos direitos humanos e na evidência científica, reconhecendo, simultaneamente, o papel central das comunidades e das organizações da sociedade civil na implementação de intervenções de proximidade.

A declaração assenta num conjunto de princípios orientadores que refletem os consensos alcançados durante a reunião: reconhecimento do uso de drogas como uma questão complexa que exige respostas centradas na saúde pública e nos direitos humanos; necessidade de promover políticas baseadas na evidência científica, evitando abordagens exclusivamente repressivas; importância de integrar as respostas ao consumo de drogas com estratégias de prevenção e tratamento do VIH, das hepatites virais, da tuberculose e de outras infeções transmissíveis; reconhecimento do papel fundamental das organizações da sociedade civil e das respostas comunitárias na aproximação a populações em situação de maior vulnerabilidade; necessidade de combater o estigma e a discriminação enfrentados por pessoas que usam drogas; e importância de reforçar a produção de conhecimento e os sistemas de informação.

A declaração sublinha igualmente a relevância de promover abordagens que integrem redução de riscos, prevenção, tratamento e reinserção social, reconhecendo que estas dimensões devem ser consideradas de forma complementar no desenvolvimento de políticas públicas.

9. Próximos passos

No quadro das ações de seguimento da reunião, está previsto que a Declaração de Bissau da Sociedade Civil da CPLP seja enviada ao Secretariado Executivo da CPLP, com o objetivo de apoiar a sua circulação junto dos Ministros da Saúde dos Estados-Membros, contribuindo para a reflexão sobre o desenvolvimento de respostas coordenadas no espaço lusófono no domínio das políticas de drogas e da saúde pública.

Embora a Guiné-Bissau esteja atualmente a atravessar um período de afastamento institucional da CPLP, as organizações-membro da Rede Lusófona de Saúde Comunitária e os participantes da reunião manifestaram a expectativa de que esta situação seja temporária, reafirmando a importância da participação do país nos processos de cooperação no espaço lusófono, particularmente nas áreas da saúde pública, da investigação e do desenvolvimento social.

A Declaração de Bissau constitui, assim, um marco relevante no processo de articulação da sociedade civil lusófona em torno das políticas de drogas e da saúde pública, abrindo caminho para o desenvolvimento de futuras iniciativas de cooperação técnica, produção de conhecimento e incidência política no espaço da CPLP.

No plano da cooperação para o desenvolvimento, as organizações envolvidas na reunião manifestaram igualmente a intenção de submeter uma candidatura à linha aberta do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., no âmbito da linha de cofinanciamento de projetos de cooperação para o desenvolvimento de Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), para o ano de 2026. Esta iniciativa pretende apoiar o desenvolvimento de ações de cooperação técnica, reforço institucional e produção de conhecimento sobre o uso de drogas e os seus impactos na saúde pública nos países de língua portuguesa.

Paralelamente, foi proposta a realização de reuniões de trabalho com a União Europeia e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de explorar oportunidades de parceria para o desenvolvimento de iniciativas conjuntas nesta área.

Estas parcerias poderão contribuir para reforçar a cooperação técnica, apoiar o desenvolvimento de

programas de redução de riscos e promover a integração das respostas ao consumo de drogas nas estratégias mais amplas de saúde pública e desenvolvimento humano.

Entre as iniciativas consideradas prioritárias encontra-se também o desenvolvimento de estudos e iniciativas de investigação aplicada sobre o consumo de drogas e os seus impactos na saúde pública na Guiné-Bissau e noutros países da África Ocidental, incluindo análises sobre padrões de consumo, vulnerabilidades sociais, interligação com epidemias como o VIH e as hepatites virais e avaliação de intervenções comunitárias de prevenção e redução de riscos. A produção de dados e evidência científica é considerada um elemento fundamental para apoiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e baseadas na evidência.

Com base nas discussões realizadas durante a reunião regional e na análise das evidências disponíveis, os participantes identificaram ainda um conjunto de recomendações para reforçar as respostas relacionadas com o uso de drogas e a saúde pública.

Para a Guiné-Bissau, destacaram-se:

- reforçar abordagens baseadas na saúde pública nas políticas relacionadas com drogas;
- promover a implementação efetiva da Estratégia Nacional de Redução de Riscos;
- melhorar os sistemas de recolha e análise de dados sobre consumo de drogas e infeções associadas;
- fortalecer a articulação entre serviços de saúde, programas comunitários e organizações da sociedade civil;
- desenvolver respostas integradas que articulem o consumo de drogas, VIH, hepatites virais, tuberculose e saúde mental.

Para parceiros internacionais, foi sublinhada a importância de:

- reforçar o financiamento de programas dirigidos a populações vulneráveis, incluindo pessoas que usam drogas;
- apoiar o desenvolvimento de capacidades institucionais e comunitárias na implementação de intervenções de redução de riscos;
- promover a produção de dados e investigação aplicada que apoie políticas públicas baseadas em evidência.

No espaço da CPLP, recomendou-se ainda:

- promover o intercâmbio de experiências e boas práticas entre países de língua portuguesa;
- reforçar a cooperação técnica entre instituições públicas, academia e organizações da sociedade civil;

- apoiar iniciativas conjuntas de formação, investigação e produção de conhecimento sobre políticas de drogas e de saúde pública.

10. Conclusão

As transformações recentes nos mercados de drogas pós-COVID-19, a diversificação das substâncias disponíveis e a presença crescente de mercados locais de consumo reforçam a necessidade de desenvolver respostas integradas que articulem prevenção, tratamento da dependência, redução de riscos e inclusão social.

No contexto da Guiné-Bissau, este desafio assume particular relevância devido às vulnerabilidades sociais existentes, às limitações institucionais na resposta aos problemas associados ao consumo de drogas e à necessidade de reforçar a articulação entre políticas de saúde pública, proteção social e desenvolvimento. A evidência disponível indica que o consumo de drogas frequentemente está associado a múltiplas vulnerabilidades, incluindo exposição ao VIH, hepatites virais, infeções sexualmente transmissíveis, tuberculose e problemas de saúde mental, reforçando a importância de abordagens integradas e centradas nas necessidades das pessoas.

A reunião regional realizada em Bissau constituiu um espaço importante de diálogo entre instituições públicas, organizações da sociedade civil, academia e parceiros internacionais. As discussões realizadas permitiram reforçar a compreensão partilhada de que respostas eficazes ao fenómeno das drogas devem basear-se na evidência científica, nos direitos humanos e na participação significativa das comunidades afetadas.

O encontro destacou igualmente o papel fundamental das organizações comunitárias na aproximação a populações em situação de maior vulnerabilidade, facilitando o acesso a serviços de prevenção, rastreio e ligação aos cuidados de saúde. Estas respostas de proximidade têm demonstrado um contributo importante para o fortalecimento dos sistemas de saúde e para a redução das desigualdades no acesso aos serviços.

Ao mesmo tempo, a reunião evidenciou o potencial da cooperação entre países de língua portuguesa no desenvolvimento de respostas mais eficazes aos desafios relacionados ao uso de drogas e à saúde pública.

A partilha de experiências, a cooperação técnica e o desenvolvimento de iniciativas conjuntas de investigação e capacitação podem contribuir para fortalecer as políticas públicas neste domínio e promover abordagens mais integradas e sustentáveis.

Neste contexto, a Declaração de Bissau da Sociedade Civil da CPLP constitui um contributo relevante para o reforço do diálogo regional e para a promoção de políticas de drogas baseadas na saúde pública, nos direitos humanos e na evidência científica. O documento expressa a visão das organizações da sociedade civil lusófona sobre a necessidade de desenvolver respostas mais humanas, eficazes e sustentáveis aos desafios associados ao consumo de drogas.

O fortalecimento das respostas comunitárias, o investimento na produção de conhecimento e o desenvolvimento de políticas públicas baseadas na evidência científica constituem elementos essenciais para enfrentar este desafio de forma eficaz e sustentável. A cooperação entre instituições públicas, organizações da sociedade civil, academia e parceiros internacionais continuará a ser um fator determinante para promover respostas mais inclusivas e adaptadas às realidades dos países da África Ocidental e do espaço lusófono.

Bibliografia

African Union Commission. (2019). Plan of action on drug control and crime prevention (2019–2023). Addis Ababa: African Union.

https://au.int/sites/default/files/documents/41156-doc-AUPA_on_Drug_Control_2019-2023_FINAL_with_Foreword_-_English_.pdf

Bird, L., et al. (2024). FTIR spectrometer testing of “kush” in retail markets in Sierra Leone and Guinea-Bissau. Global Initiative Against Transnational Organized Crime.

<https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2024/06/Lucia-Bird-et-al-FTIR-spectrometer-testing-of-kush-in-retail-markets-Sierra-Leone-and-Guinea-Bissau-GI-TOC-June-2024.pdf>

ECOWAS Commission. (2019). Regional action plan to address illicit drug trafficking, organized crime and drug abuse in West Africa.

https://www.unodc.org/documents/evaluation/Independent_Project_Evaluations/2020/ZAWZ28_Final_Evaluation_Report_JUNE2020.pdf

ENDA Santé & UNDP. (2022). Cartography, biological study, socio-behavioural survey and size estimation of people who inject drugs in Guinea-Bissau.

<https://www.undp.org/pt/guinea-bissau/news/prevencao-e-melhor-do-que-cura>

European Union Drugs Agency. (EUDA). (2024).

European drug report 2024: Trends and developments.

https://www.euda.europa.eu/publications/european-drug-report/2024_en

Global Initiative Against Transnational Organized Crime. (2023). Global organized crime index 2023. <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2023/09/Global-organized-crime-index-2023-web-compressed-compressed.pdf>

Greenwald, G. (2009). Drug decriminalization in Portugal: Lessons for creating fair and successful drug policies. Washington, DC: Cato Institute. <https://www.cato.org/white-paper/drug-decriminalization-portugal-lessons-creating-fair-successful-drug-policies>

Hughes, C., & Stevens, A. (2010). What can we learn from the Portuguese decriminalization of illicit drugs? British Journal of Criminology, 50(6), 999–1022. <https://academic.oup.com/bjc/article-abstract/50/6/999/404023>

International Drug Policy Consortium. (IDPC). (n.d.). Global drug policy index. <https://globaldrugpolicyindex.net/>

International Narcotics Control Board. (INCB). (2025). Annual report. <https://www.incb.org/incb/en/publications/annual-reports/annual-report.html>

SafeSpace Project. (2024). Baseline report: Community-based responses to HIV, viral hepatitis and related

infections in Guinea-Bissau. <https://initiative.expertisefrance.fr/en/projects-we-support/SafeSpace-point-of-care-community-hubs-for-prevention-diagnosis-and-access-to-treatment/>

UNAIDS. (2024). Global AIDS update. <https://www.unaids.org/en/regionscountries/countries/guinea-bissau>

UNDP. (2015). Addressing the development dimensions of drug policy. <https://www.undp.org/publications/addressing-development-dimensions-drug-policy>

UNODC. (2023). World drug report 2023. https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_Exsum_fin_DP.pdf

West African Commission on Drugs. (2014). Not just in transit: Drugs, the state and society in West Africa. https://www.unodc.org/documents/ungass2016/Contributions/IO/WACD_report_June_2014_english.pdf

WHO, UNODC, & UNAIDS. (2014). Technical guide for countries to set targets for universal access to HIV prevention, treatment and care for people who inject drugs. <https://www.who.int/publications/i/item/978924150437>

Anexos

Anexo 1 – Programa da Reunião Regional



REUNIÃO REGIONAL

Trabalhar em Conjunto para a Saúde Pública:

Minimizar os Danos e Risco do Uso de Drogas Ilícitas nos Países de Língua Portuguesa

4 de março de 2026
Centro Cultural Português, Bissau

09:30 | Sessão de Abertura
Moderação: Kátia Barreto, Enda Santé Guiné-Bissau/Rede Lusófona de Saúde Comunitária
- Luis Mendão, Grupo de Ativistas em Tratamentos/Rede Lusófona de Saúde Comunitária
- Francisco Sanha, Conselho Nacional de Luta Contra a Droga Guiné-Bissau
- Miguel Cruz Silvestre, Embaixador de Portugal em Bissau

10:00 | O papel das agências internacionais no conhecimento e na resposta ao uso de drogas e epidemias associadas
Moderação: Beti Cò, Fundo das Nações Unidas para a População
- Pedro Saraiva, União Europeia
- Andreia Teixeira, PNUD

10:45 | Pausa Café

11:00 | Respostas lideradas pela comunidade: da abordagem punitiva à saúde pública
Moderação: Miriam Pereira, Comissão de Coordenação Multissetorial
- Karim Diop, Centro Regional de Investigação e Formação em Cuidados Clínicos de Fann
- Ana Luíza Uwai, Centro de Convivência É de Lei
- Luis Mendão, Grupo de Ativistas em Tratamentos/Rede Lusófona de Saúde Comunitária

12:00 | Almoço

14:30 | Nada Sobre Nós Sem Nós: cooperação e liderança comunitária nas políticas de drogas
Moderação: William Ferreira, Universidade Jean Piaget da Guiné-Bissau
- Graça Vilar, Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências, I.P.
- Edemelson, Representante das Pessoas que Usam Drogas
- Francisco Sanha, Conselho Nacional de Luta Contra a Droga Guiné-Bissau
- Fatumata Sidié, Programa Nacional de Luta contra a SIDA e Hepatites Virais

15:45 | Alinhar visões, articular respostas: cooperação lusófona em políticas de drogas e saúde pública
Moderação: Domingos Monteiro Correia, Polícia Judiciária
- David Té, Célula de Gestão-Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário
- Fatumata Diallo, Secretariado Nacional de Luta contra a SIDA

16:15 | Sessão de Encerramento
Moderação: Graça Vilar, Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências, I.P.
- Kátia Barreto, Enda Santé Guiné-Bissau/Rede Lusófona de Saúde Comunitária
- Paula Matos, Adida de Cooperação do Camões, I.P.
- Luis Mendão, Grupo de Ativistas em Tratamentos/Rede Lusófona de Saúde Comunitária
- Francisco Sanha, Conselho Nacional de Luta Contra a Droga Guiné-Bissau

Rapporteurs:
Namaca Delgado, Enda Santé Guiné-Bissau/Rede Lusófona de Saúde Comunitária
Rosa Freitas, Grupo de Ativistas em Tratamentos/Rede Lusófona de Saúde Comunitária

